

**A AGROECOLOGIA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO DO
CAMPO: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
BERNARDINO FERNANDES, DISTRITO DE PAINS, SANTA MARIA/RS**

João Silvano Zanon*

Mara Alini Meier**

Resumo: O estudo do currículo e das diretrizes básicas para a escola do campo é de fundamental importância. Por isso, se faz necessário analisar, a cada momento, as práticas pedagógicas dos professores que trabalham nestas escolas, vinculando a abordagem dos conteúdos com o local em que se localiza a escola, sem perder a visão da sociedade como um todo. As escolas do campo possuem suas especificidades que devem ser consideradas no âmbito da escola, dos professores, estudiosos, pesquisadores e sociedade em geral. A partir de estudos relacionados à educação do campo e a agroecologia, entende-se que, não há uma proposta única de organização do trabalho pedagógico voltado às escolas rurais, mas sim uma diversidade de conteúdos e disciplinas que devem ser trabalhadas em conjunto, através da interdisciplinaridade. O projeto tem como foco a importância da agroecologia e a valorização dos saberes sociais na busca por melhoria qualitativa no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Escola do campo. Agroecologia. Ensino-aprendizagem.

Introdução

A educação rural assume, no mundo contemporâneo, um importante papel para o desenvolvimento das comunidades rurais, pois é através de sua ação-construção educativa que as comunidades escolares do campo buscam uma maior integração social, cultural e econômica, além de ser um veículo difusor de conhecimento e saberes sociais. Neste contexto, a escola deve assumir o seu papel como elo integrador das trocas dos saberes e técnicas que apontem para uma nova proposta de desenvolvimento: o desenvolvimento rural sustentável.

O presente projeto desenvolveu uma reflexão coletiva interdisciplinar entre os diversos segmentos da comunidade escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Bernardino

* Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: silvanoz94@hotmail.com

** Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: maralini@gmail.com

Fernandes, localizada no Distrito Paíns, na zona rural de Santa Maria, em torno da agroecologia, na busca pelo desenvolvimento rural sustentável como forma de buscar alternativas que preservem os recursos naturais para as futuras gerações e promova a valorização do espaço agrário e o desenvolvimento do lugar.

A educação do campo hoje deve se aproximar da comunidade a qual se insere a escola, conhecer suas especificidades, dinâmicas, limites e possibilidades, na busca de uma unidade de ação sem esquecer a pluralidade sociocultural das escolas rurais. Assim, o educador deve de forma permanente conhecer e reconhecer o espaço da escola, desenvolvendo em suas práticas educativas a valorização da comunidade da escola rural, respeitando suas especificidades e incorporando na educação formal os saberes sociais passados por diversas gerações.

1 Desenvolvimento

A referida pesquisa trata de um projeto de ensino e extensão desenvolvido na Escola Municipal Bernardino Fernandes, localizada no Distrito Paíns, no município de Santa Maria. A escola citada é uma escola situada na sede do distrito e é considerada uma escola rural por atender alunos provenientes de diversas localidades da zona rural do município. Sendo uma escola localizada no campo e pertencer a seus sujeitos, é importante que a mesma desenvolva suas atividades pedagógicas de forma a respeitar os saberes sociais da comunidade, e mais especificamente, desenvolver atividades voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

O presente projeto visou um aprofundamento teórico e metodológico entre os sujeitos envolvidos, para que pudessem relacionar os conhecimentos formais e os saberes sociais na direção de outro tipo de desenvolvimento possível, que tenha um importante significado na formação das crianças e adolescentes do campo, uma vez que estes são imprescindíveis na busca de um desenvolvimento capaz de melhorar a qualidade de vida do homem do campo, preservar os recursos naturais, produzir alimentos saudáveis para que as futuras gerações camponesas possam permanecer no campo e desfrutar dos potenciais recursos que ele oferece.

Por muito tempo a educação brasileira esteve voltada a práticas distantes da realidade de sua comunidade. Também foi um veículo importante como difusora de tecnologias e programas que beneficiavam governos e empresas relacionadas à produção de tecnologias voltadas às práticas agrárias convencionais. Nesse sentido, a educação rural foi uma reprodutora dos projetos ligados a Revolução Verde, como se pode constatar nos diversos

acordos entre o Ministério de Educação do Brasil com organismos institucionais estrangeiros, onde tem destaque os acordos MEC-USAID.

Atualmente, surgem neste cenário, discussões, projetos e ações ligadas a aspectos teóricos e metodológicos que apontam a educação rural como importante fórum na busca de um desenvolvimento que valorize a agricultura familiar, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade. O presente projeto construiu um canal de troca de saberes, conhecimento do lugar e suas potencialidades produtivas na formação da consciência ambiental e sustentável.

A pesquisa é fruto de um projeto desenvolvido através do Programa de Licenciaturas (PROLICEN) da Universidade Federal de Santa Maria, e tem uma destacada importância para com a comunidade da Escola Municipal Bernardino Fernandes, à medida que busca uma aproximação do conhecimento científico a educação formal, bem como aos saberes sociais do lugar. Este encontro é fundamental para os alunos e familiares, à medida que se sentem valorizados como sujeitos do campo e aos professores e funcionários da escola por poderem compartilhar a cultura da comunidade, conhecimentos e saberes imprescindíveis para que aconteça de fato a construção do conhecimento e a formação dos sujeitos do campo.

A partir de discussões com os docentes da escola, foi enfatizada a necessidade de uma maior aproximação entre os professores e a comunidade, assim como a aplicação das Diretrizes Básicas da Educação do Campo, que é desconhecida por parte dos docentes. Também se constatou que são de grande interesse dos sujeitos da escola que se desenvolvam projetos relacionados à comunidade e ao desenvolvimento rural sustentável.

As atividades desenvolvidas durante a pesquisa se desenvolveram através de um aprofundamento teórico e metodológico com os sujeitos envolvidos, suprimindo as necessidades da escola no que se refere à formação dos docentes do campo, assim como a busca, através das distintas atividades desenvolvidas, contribuição para valorização da cultura e dos saberes sociais locais.

A agroecologia é uma disciplina científica que trabalha a agropecuária sob o viés da sustentabilidade no campo.

A agroecologia é definida como a ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade no curto, médio e longo prazo (ALTIERI, 1995 apud CAPORAL & COSTABEBER, 2000, p. 26).

Mais especificamente, o projeto buscou envolver a comunidade (docentes, discentes, funcionários e famílias) no desenvolvimento de práticas sustentáveis, como a revitalização de uma horta agroecológica na escola, como forma de despertar nos alunos o interesse por práticas agroecológicas, para que posteriormente possam desenvolvê-las em suas unidades de produção familiar.

2 Referencial Teórico

A educação brasileira reflete o momento histórico pelo qual passa a nossa sociedade. Ao longo da história, a educação tem sido reflexo e ação dos mais diversos segmentos sociais e econômicos vigentes em nosso país. A escola do campo tem permanecido por muito tempo vinculada a uma imagem conservadora no que tange as questões ambientais e agrárias, enfatizando reformas que se adéquam às demandas políticas e ideológicas responsáveis pela permanência de uma educação excludente e desarticulada com a realidade agrária do campo, sentida nos princípios do século XXI.

Até bem pouco tempo, o sistema educacional brasileiro nunca teve como preocupação fomentar políticas educacionais eficientes que viessem atender as necessidades do campo. Não obstante, a escola brasileira se desenvolveu tendo em sua base conceitual uma prática que privilegia o urbano. Os objetivos desta educação estavam comprometidos com a ideologia de mercado orientados para a criação dos cursos profissionalizantes de formação técnica, visando atender as necessidades do processo de industrialização e do capital. A educação básica do campo significa a luta popular pela ampliação da escola pública, desde a educação infantil (de zero a seis anos), embora a legislação atual garanta a obrigatoriedade do ensino fundamental. Por isso, começa a ser incorporada na cultura do campo a ideia de que todos devem estudar, pelo menos até a conclusão do ensino médio.

Esses princípios filosóficos e pedagógicos ficaram embasados na Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. A trajetória dos movimentos sociais do campo por uma educação demonstra, pelas suas experiências, que não há como se pensar em escola sem reconhecer o campo como um lugar específico e com sujeitos que lhe são próprios. As lutas empreendidas através de encontros, seminários, congressos e caminhadas estaduais e nacionais levaram os movimentos sociais a terem um reconhecimento não só pelo meio acadêmico como também pela sociedade civil e pelos políticos. No movimento por uma Lei que estabelecesse diretrizes educacionais para o campo,

“[...] hão de se entender finalidades e objetivos da educação, desde os políticos e cívicos até os pedagógicos e didáticos: são as diretrizes da política educacional, seja exercida por quem quer que o faça, em iniciativa pública ou privada.” (SILVA, 1998, p. 13).

As políticas públicas educacionais voltadas para a escola do campo no Brasil foram criadas no intuito de fortalecer o mercado capitalista e, para piorar, a maioria dos professores possui formação que ignora a realidade dos sujeitos do campo, aliado a falta de formação continuada de professores específica para os que atuam no campo, entre outros fatores que acabam por dificultar o desenvolvimento das atividades escolares, colaborando para a fuga do jovem do campo.

Figura 1 – Principais políticas públicas educacionais para o campo e as diretrizes operacionais para a educação básica do campo

Principais Políticas Públicas Educacionais para o campo
Constituição de 1946: Priorização da educação agrícola/ruralismo pedagógico Primeira LDB Nº 4.024/1961: Modernização da produção/internacionalização da economia LDB 5.692/1971: Caracterizava-se pela racionalidade produtiva (acordos MEC –USAID) LDB 9.394/1996: Transformar cidadãos em consumidores/O aluno/camponês não é concebido como sujeito
Diretrizes operacionais para a educação básica do campo
Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001 Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
Parecer CNE/CEB nº 21/2002, aprovado em 05 de junho de 2002 Responde consulta sobre possibilidade de reconhecimento das Casas Familiares Rurais.
Parecer CNE/CEB nº 1/2006, aprovado em 1º de fevereiro de 2006 Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA).
Parecer CNE/CEB nº 30/2006, aprovado em 5 de abril de 2006 Consulta sobre a aplicação da Resolução nº 5/2005 do Conselho Estadual de Educação de Rondônia.
Parecer CNE/CEB nº 23/2007, aprovado em 12 de setembro de 2007 Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.
Parecer CNE/CEB nº 3/2008, aprovado em 18 de fevereiro de 2008 Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.
Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Fonte: Wizniewsky (2009) e Ministério da Educação, 2015. Org.: ZANON, J. S.

A escola do campo tem uma grande responsabilidade com o educando, com sua família e com a comunidade como um todo, já que esta pode ser um veículo fundamental para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, bem como a proposta da construção coletiva que aproxime o homem da terra, incluindo-o em um projeto de inclusão social, onde o educando, filho de agricultor, se sinta valorizado e projete na sua vivência comunitária um novo caminho para o desenvolvimento do campo: o desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1979, (Gadotti, 2000), indicando que o desenvolvimento poderia ser um processo integral que inclui dimensões culturais, éticas, políticas, sociais, ambientais, e não só econômicas. A busca pelo desenvolvimento sustentável requer entre tantos saberes, conhecimentos provenientes da Ecologia. O mesmo autor afirma:

que o maior desafio dos ecologistas é convencer os pobres que não se trata apenas de limpar os rios, despoluir o ar, reflorestar os campos devastados para vivermos melhor num futuro distante. Mas também de dar uma solução, simultaneamente, aos problemas ambientais e aos problemas sociais (GADOTTI, 2000, p.58).

Sim, pois os problemas que são tratados pela Ecologia não afetam apenas o meio ambiente, mas também o ser mais complexo da natureza: o ser humano que é dependente da natureza para manter sua sobrevivência, embora seja o animal que mais possua a capacidade de modificá-la.

Porém, não podemos esquecer que o conceito de “desenvolvimento” não é um conceito neutro. Na atual sociedade, ele nos remete diretamente a idéia de progresso (material). Neste sentido, se fazem necessários debates e apontamentos que nos façam refletir sobre, entre outras coisas, qual é o progresso que queremos. O que possibilite o bem-estar do maior número de pessoas? Ou aquele que gera exclusão e miséria?

É de fundamental importância que a escola participe desse processo, para tanto, seus professores devem estar preparados para desenvolver uma reflexão crítica quanto ao aspecto pedagógico das escolas do campo, bem como, elaborar propostas de práticas educativas contextualizadas, que incluam o agricultor como um agente do desenvolvimento do “lugar”.

Segundo Caldart (1995), ao elaborar uma proposta de educação do campo não significa dicotimizá-la, o deseja-se, isto sim, é trabalhar com as suas especificidades. O rural e o urbano possuem formas de vida diferenciadas, sendo necessário um olhar pedagógico também diferenciado como forma de respeito e valorização ao espaço agrário. À medida que

essas “diferenças” forem sendo trabalhadas, torna-se mais acessível à superação dos conflitos, extinguindo as discriminações e preconceitos próprios do ensino rural.

Uma das preocupações dos camponeses está no ato de planejar um ensino voltado para o meio rural, pois “(...) a educação na realidade camponesa se expressa não apenas no espaço escolar, mas nas diversas formas de manifestação do movimento camponês” (Therrien, 1993, p.08). Uma estrutura curricular para o ensino rural vai muito mais além do que simplesmente elaborar legislações, pois estas, desde a década de 1930, sempre foram pensadas em nível de papel, esbarraram na prática, porque tinham no seu bojo determinações que não vinham ao encontro das expectativas do homem do campo, provocando ao longo dos anos estudos e pesquisas, para elucidar as reais condições de precariedades pelas quais vêm passando as escolas rurais.

3 Procedimentos metodológicos

A pesquisa teve enfoque na Educação do Campo e na Agroecologia. Entre as atividades realizadas destacou-se: a conscientização dos alunos, professores, funcionários e pais, sobre a importância da preservação ambiental, que deve iniciar em todas as esferas, começando pela escola, lugar onde o saber é apresentado e discutido, até a unidade de produção familiar, local onde a sobrevivência da família dos alunos é gerida. Este processo foi desenvolvido levando em conta a importância do convencimento de que cada um é responsável pelo meio ambiente. A forma de desenvolvimento desta etapa se deu através de diálogos, estudos da realidade próxima, observações do lugar onde a escola está inserida, palestras temáticas para os diversos segmentos citados tratando as temáticas: desenvolvimento sustentável, agroecologia, agricultura orgânica, biodinâmica e agricultura sustentável.

Assim, contempla-se uma abordagem qualitativa, pois para Ludke & André (1986, p.18) “é aquela que se desenvolve numa situação natural, é rica em dados descritivos e tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. Refere-se a uma abordagem qualitativa porque responde a questões muito particulares e se preocupa com um nível de realidade que não pode ser somente quantificado; ela explora um universo de conhecimentos, significações, crenças, experiências e atitudes que se relacionam a um espaço mais íntimo de relações aqui, em específico, a coerência entre o contexto conceitual da pesquisa e as práticas educativas alusivas ao ensino rural.

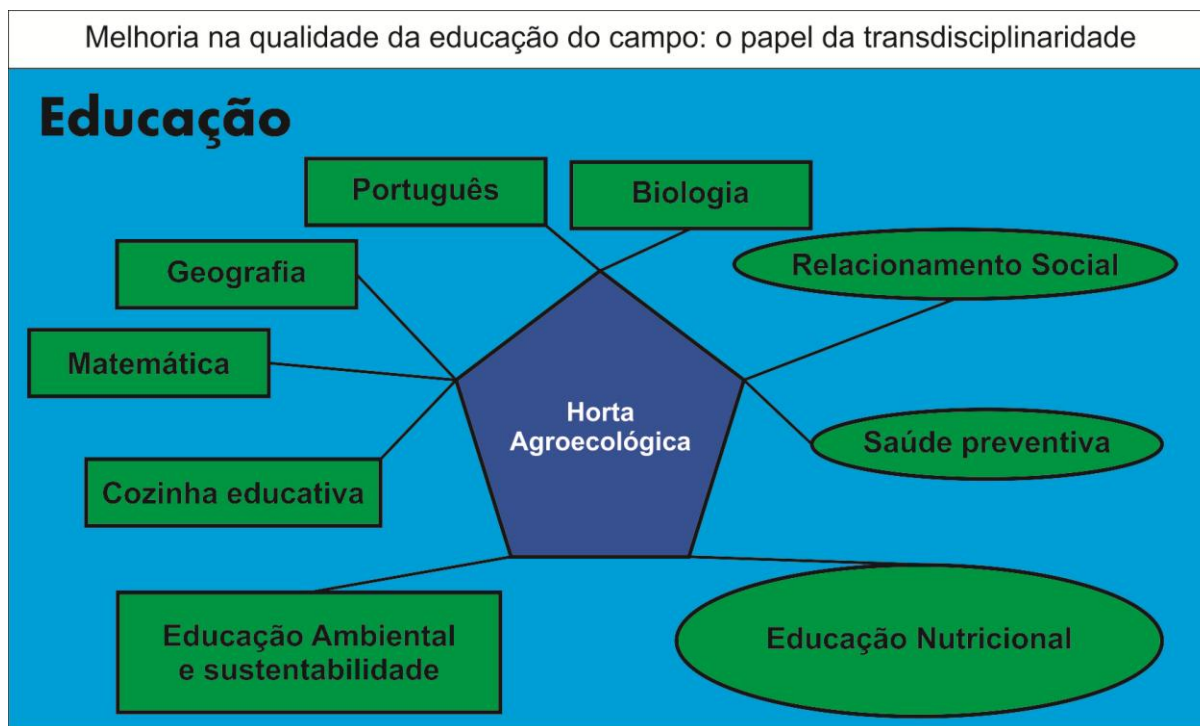
O ensino da Geografia nas escolas do campo deverá priorizar conteúdos que abordem temas relacionados à realidade local, para que os alunos se identifiquem com os conteúdos trabalhados e para que permaneçam na escola do campo. “o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive”. Para (CALDART, 2002), “o Povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. (CALDART, 2002, p. 26). Ainda, Castrogiovani, Callai e Kaercher (2008) refletem que:

O conteúdo da Geografia, neste contexto, é o material necessário para que o aluno construa o seu conhecimento, aprenda a pensar. Aprender a pensar significa elaborar, a partir do senso comum, do conhecimento produzido pela humanidade e do confronto com outros saberes (do professor, de outros interlocutores), o seu conhecimento. Este conhecimento, partindo dos conteúdos da Geografia, significa uma consciência espacial das coisas, dos fenômenos, das relações sociais que travam no mundo (CALLAI, 2000, p. 93).

Para tanto, é imprescindível que à escola, dentro de uma visão interdisciplinar, busque conhecer não só a realidade local, como também revelar que o conhecimento pode ser compartilhado, objetivando o crescimento local e o trabalho coletivo. Por isso, os conteúdos trabalhados devem se voltar para a realidade local, envolvendo diversas disciplinas e diversos atores que fazem parte da sociedade do campo, trabalhando o conteúdo para além das investigações científicas e agregando novos saberes.

Ao envolver diversas áreas da ciência, como a geografia, matemática, português, ciências, educação física, educação ambiental, educação nutricional; certamente os alunos irão melhorar a aprendizagem, bem como os professores construirão novos instrumentos de avaliação e registro de aprendizagem. Na figura 2 visualizamos que as disciplinas curriculares deverão incorporar a temática da agroecologia, trabalhando de forma transdisciplinar os conteúdos, como meio de qualificar o ensino e a aprendizagem dos alunos da escola do campo.

Figura 2 – a transdisciplinaridade na agroecologia



Fonte: Adaptado de Maria de Fátima Costa de Souza – Secretária Municipal de Educação de Caririnha/BA.
Org.: ZANON, J. S.

O professor, especialmente o de Geografia, tem o desafio de rever a sua prática pedagógica, além de problematizar o conteúdo, também oportunizar em sala de aula e fora dela, conteúdos que envolvam a realidade na qual os alunos estão inseridos.

O professor da escola do campo deverá trabalhar com as relações de trabalho, bem como o convívio social e a relação do homem com a natureza, mas para que isso ocorra, o trabalho docente requer condições adequadas, com adequada formação e valorização salarial.

Ao desenvolver as atividades agroecológicas na escola Bernardino Fernandes, a comunidade escolar passou a atuar coletivamente na horta, contribuindo para qualificar o processo de ensino, aprendizagem e avaliação, na busca pela sustentabilidade no campo.

A busca por envolver toda a comunidade escolar no desenvolvimento deste projeto causou efeitos positivos na comunidade escolar, através de resgate do poder político que está embutido em cada ser humano, o qual o sistema capitalista, de certo modo, busca ofuscar quando deixa que decisões que afetam a humanidade no geral, sejam tomadas por poucos. O modo de produção ao qual estamos inseridos hoje restringe muito o poder político do ser humano nas mãos de poucos, e a população, de uma maneira geral, é chamada a exercer sua cidadania apenas para participar na resolução dos efeitos das ações tomadas pelos especialistas nos assuntos.

Considerações finais

Desde o primeiro contato realizado com a escola, percebeu-se uma grande aceitação para se trabalhar com a temática proposta, tanto entre os professores como alunos e comunidade em geral. Esta aceitação do tema foi fundamental para que as atividades propostas fossem realizadas com sucesso.

Ao longo do desenvolvimento das atividades do projeto, tais como as palestras temáticas abordando à questão ambiental e o próprio desenvolvimento sustentável, as atividades realizadas na horta agroecológica, com a participação dos acadêmicos da universidade e da coordenadora do projeto, tornou-se perceptível as mais variadas dúvidas e questionamentos a cerca da temática: desenvolvimento rural Sustentável e agroecologia.

A realização/revitalização da horta agroecológica da escola contava com a participação direta dos professores da escola e dos alunos, contando ainda com a participação dos integrantes do projeto em questão.

Nestas atividades, percebeu-se que, apesar dos alunos não estarem brincando, fazendo cálculos ou praticando alguma atividade esportiva, como de costume nas disciplinas curriculares “normais”, eles demonstravam-se contentes e realizados com o desenvolvimento das atividades junto à horta, que eram sempre acompanhadas de perguntas e questionamentos, sobre as origens da agroecologia, o porquê que ela surgirá, e porque todas as pessoas não adotam este modo de produção mais ecológico, sendo esta a resposta mais difícil, pois no entendimento deles, se a agroecologia é tão correta ambientalmente, todos deveriam adotá-la.

Após a realização da pesquisa pode-se concluir que, ainda tem-se muito a desenvolver nas escolas acerca do desenvolvimento sustentável e suas preocupações ambientais, visto que a cada dia é maior a responsabilidade da educação, em formar cidadãos conscientes a respeito do meio ambiente e compreendendo que cada um tem sua parcela de culpa nas transformações que o homem realiza sobre o meio, porém, não basta ter a culpa, mas também é preciso saber como lidar com ela e transformá-la em contribuição, e é nesse contexto que a educação assume importante papel.

Referências

- ANDRÉ, Marli Elisa. **Etnografia e prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
- BECKER, Dinizar Fermiano (Org.) [et al.]. **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ ou possibilidade?**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394**. República Federativa do Brasil, 20 de dezembro de 1996.
- CALDART, Roseli Salete. **Escola pública popular: uma proposta para o meio rural**. Porto Alegre: Encontro Estadual de Educação do CPERGS, 1995. Mimeografado.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: DF, 2002.
- CALLAI, Helena Copetti. CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Práticas e vivências culturais de jovens (Org.). Estudar o lugar para compreender o mundo. In: Ensino de **Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação 2000. p 83-92.
- CAPORAL, Francisco Roberto & COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: v.01, jan-mar, pp. 16-37, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 3.ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- LUDKE, Menga. & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- SILVA, Eurides Bezerra da. (Org.). **A educação básica pós-LDB**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- THERRIEN, Jacques (Org.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.